

# Índice

## CAPÍTULO 10

### DA AÇÃO CIVIL “EX DELICTO”

1. <i>Actio civilis ex delicto</i> . Noções .....	21
2. Pretensão punitiva e pretensão de ressarcimento .....	22
3. Ação penal e <i>actio civilis ex delicto</i> .....	24
4. A ação penal e a ação civil são independentes?.....	28
5. Sistemas .....	30
6. Sistema pátrio .....	33
7. Parte civil.....	36
8. Responsabilidade civil e responsabilidade penal .....	38
9. Objeto da <i>actio civilis ex delicto</i> .....	39
10. Quantificação .....	41
11. Dano moral .....	42
12. Influência da jurisdição penal sobre a civil.....	52
13. Execução.....	59
14. Ação civil proposta antes do ajuizamento ou no transcorrer da causa penal.....	61
15. Sentença penal absolutória.....	65
16. Arquivamento de inquérito e extinção da punibilidade.....	72
17. Atividade do Ministério Público .....	73

## CAPÍTULO 11

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Noções gerais.....	77
-----------------------	----

2. A jurisdição como necessidade jurídica.....	80
3. Conceito.....	81
4. A função de julgar é exclusiva do Judiciário? .....	83
5. Jurisdição, administração e legislação. Diferenças .....	84
6. Caracteres da jurisdição .....	88
7. Caracteres formais .....	89
8. Elementos .....	90
9. Princípios .....	91
10. Divisão da jurisdição .....	104

## CAPÍTULO 12

### DA COMPETÊNCIA

1. Noções introdutórias.....	111
2. A delimitação do poder de julgar feita pela Constituição. Justiças Especiais. Competência da Jurisdição .....	112
3. Justiça Comum.....	116
4. A delimitação <i>ratione loci</i> .....	118
5. Justiça Militar Federal .....	121
6. Justiça Militar Estadual.....	123
7. Justiça Eleitoral .....	128
8. Justiça Comum Federal.....	129
9. Justiça Comum Estadual.....	130
10. A delimitação do poder de julgar fixada pela lei ordinária — <i>locus commissi delicti</i> .....	132
11. Foro competente nos crimes ambientais .....	140
12. Crimes plurilocais.....	146
13. Foro competente nos delitos qualificados pelo resultado.....	149
14. Tentativa .....	152
15. Crimes a distância ou de espaço máximo .....	153
16. Infrações cometidas nas divisas de duas ou mais comarcas.....	154
17. Da competência pelo domicílio ou residência do réu .....	157
18. Critérios para a determinação do Juiz competente.....	161
19. Da competência pela distribuição .....	172

## CAPÍTULO 13

### DA COMPETÊNCIA PELA PREVENÇÃO. DA COMPETÊNCIA PELA PRERROGATIVA DA FUNÇÃO. CRIMES COMETIDOS FORA DO BRASIL. TERRITÓRIO MARÍTIMO. ESPAÇO AÉREO

1. Da competência pela prevenção.....	176
2. Da competência pela prerrogativa da função ( <i>ratione personae vel muneris</i> ) .....	177
3. Supremo Tribunal Federal.....	181
4. Superior Tribunal de Justiça .....	183
5. Superior Tribunal Militar .....	186
6. Tribunal Superior Eleitoral .....	186
7. Tribunais Regionais Eleitorais .....	186
8. Tribunais Regionais Federais .....	187
9. Tribunais de Justiça .....	190
10. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça .....	198
11. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privado exerce suas atividades .....	199
12. Competência originária mesmo cessada a função.....	200
13. Cessação da função .....	201
14. Ação de improbidade.....	205
15. Problemas especiais.....	213
16. Processo e julgamento .....	215
17. Procedimento .....	215
18. O arquivamento do inquérito nos Tribunais.....	217
19. O art. 85 do CPP e os problemas que suscita .....	221
20. Crimes cometidos fora do território nacional .....	227
21. Crimes cometidos no território marítimo ou em alto-mar.....	228
22. Crimes cometidos no espaço aéreo .....	230
23. Competência da Justiça Comum Federal .....	236

## CAPÍTULO 14

### DA COMPETÊNCIA PELA CONEXÃO E CONTINÊNCIA

1. Da competência pela conexão e continência.....	255
---	-----

2. Efeitos da conexão e continência.....	256
3. Espécies de conexão .....	257
4. Da continência .....	262
5. Da continência por cumulação subjetiva e por cumulação objetiva ...	263
6. As regras para se fixar o <i>forum attractionis</i> .....	264
7. As exceções à regra .....	274
8. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	279
9. O problema da soma ou unificação das penas .....	285

## CAPÍTULO 15

### DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL

1. Da competência funcional.....	289
2. Modalidades de competência funcional .....	291
3. Competência funcional por fases do processo .....	291
4. Competência funcional por objeto do juízo .....	292
5. Da competência vertical.....	293
6. Da competência em razão de recursos .....	293
7. Da competência recursal do STF .....	295
8. Da competência recursal do STJ.....	296
9. Da competência recursal do STM.....	297
10. Da competência recursal dos Tribunais Regionais Federais .....	297
11. Da competência recursal do TRE.....	298
12. Da competência recursal do TSE.....	299
13. Da competência recursal dos Tribunais de Justiça .....	299
14. Da competência do Tribunal de Justiça .....	299
15. Da competência recursal da Justiça Militar Estadual.....	302
16. Da competência originária <i>ratione personae</i> .....	303
17. Da competência originária <i>ratione materiae</i> .....	304

## CAPÍTULO 16

### DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 1

1. Noções introdutórias.....	309
2. Conceito de Organização Judiciária.....	310

3. Constituição da Magistratura. Sistemas .....	310
4. Promoção de Juízes. Critérios.....	321
5. Duplo grau de jurisdição.....	324
6. Composição dos juízos e Tribunais.....	325

## CAPÍTULO 17

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 2**

1. Funções do Poder Judiciário .....	329
2. Atividades judiciárias secundárias .....	330
3. Atividades de autogoverno.....	331
4. Atividades anômalas .....	332
5. Órgãos do Poder Judiciário.....	332
6. O STF .....	333
6-A. O Conselho Nacional de Justiça .....	335
7. O STJ.....	338
8. Justiça Militar Federal .....	339
9. Justiça Eleitoral .....	341
10. Justiça Comum Federal.....	344
11. Justiça Comum Estadual.....	345
12. Justiça Militar Estadual.....	345

## CAPÍTULO 18

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 3** **DA INDEPENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**

1. Da independência jurídica dos Juízes .....	353
2. Os três Poderes .....	356

## CAPÍTULO 19

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 4** **DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DOS JUÍZES**

1. Da independência política dos Juízes .....	361
2. Vitaliciedade .....	362

3. Inamovibilidade .....	365
4. Irredutibilidade de subsídios .....	366
5. Autogoverno .....	367
6. Dos deveres do Magistrado .....	367
7. Penalidades .....	368
8. Prerrogativas .....	369
9. Responsabilidade civil .....	369

## CAPÍTULO 20

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 5 DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA**

1. Dos auxiliares da Justiça .....	371
2. Serventuários da Justiça .....	372
3. Funcionários da Justiça .....	372
4. O Escrivão .....	372
5. O Oficial de Justiça .....	374
6. O Distribuidor .....	374
7. O Contador .....	374
8. O Partidor .....	375
9. O Porteiro dos Auditórios .....	375
10. Peritos e Avaliadores .....	375
11. Os Intérpretes .....	375
12. Depositário Público .....	376

## CAPÍTULO 21

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 6 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Os órgãos da Justiça paulista .....	377
2. Circunscrições, Comarcas e Distritos .....	378
3. A Circunscrição .....	378
4. A Comarca .....	379
5. As Comarcas e Foros Distritais de entrância inicial .....	379
6. As Comarcas e Foros Distritais de entrância intermediária .....	381

7. As Comarcas de entrância final .....	382
8. Foros Distritais .....	382
9. As Circunscrições Judiciárias .....	382
10. O Distrito .....	386
11. A organização judiciária da Capital paulista.....	387
12. As seções judiciárias.....	391
13. Os órgãos jurisdicionais da Capital paulista .....	391
14. A distribuição da competência na Capital de São Paulo .....	392
15. O ingresso na Magistratura paulista.....	393
16. Os órgãos da 2ª instância no Estado de São Paulo.....	397

## CAPÍTULO 22

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Conceito.....	411
2. Histórico .....	412
3. Garantias.....	414
4. Funções.....	415
5. Funções extrapenais .....	418
6. Natureza das funções .....	423
7. Princípios que regem a Instituição.....	428
8. Conselho Nacional do Ministério Público .....	435

## CAPÍTULO 23

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. O Ministério Público Estadual .....	439
2. Da organização do Ministério Público do Estado de São Paulo ....	440
3. Do ingresso na Instituição .....	441
4. Do Ministério Público na 1ª instância. Do Promotor Substituto .....	443
5. Dos Promotores de Justiça.....	444
6. Das atribuições.....	446
7. Dos Promotores de Justiça especializados da área extrapenal .....	454
8. Das atribuições.....	454
9. Dos Estagiários do Ministério Público .....	466

10. Da Comissão de Concurso .....	474
11. Dos Procuradores de Justiça .....	474
12. Subprocuradores .....	475
13. Do Conselho Superior do Ministério Público .....	475
14. Do Colégio de Procuradores de Justiça.....	477
15. Do Procurador-Geral de Justiça .....	479
16. Do Corregedor .....	483
17. Das garantias e prerrogativas .....	484
18. Da disciplina.....	486
19. Atividades .....	487
20. O quadro do Ministério Público no Estado de São Paulo .....	514
21. Vedações, impedimento e suspeição .....	515

## CAPÍTULO 24

### **DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

1. Da organização do Ministério Público no Brasil .....	517
2. Do Procurador-Geral do Ministério Público da União.....	518
3. O Ministério Público Federal.....	519
4. O Ministério Público Militar.....	521
5. O Ministério Público da União junto à Justiça Eleitoral.....	521
6. O Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho .....	523
7. O Ministério Público junto à Justiça local .....	524
8. O Ministério Público Estadual junto à Justiça Militar .....	525
9. Procuradores da Fazenda Nacional .....	526

## CAPÍTULO 25

### **SUJEITOS PROCESSUAIS**

1. Noções .....	527
2. Órgãos Jurisdicionais .....	529
3. Classificação dos Órgãos Jurisdicionais .....	530
4. Capacidade objetiva e capacidade subjetiva.....	531
5. Funções.....	532



6. As partes processuais .....	533
7. Acusador .....	541
8. O ofendido .....	543

## CAPÍTULO 26

### DO IMPUTADO

1. Imputado. Noções .....	549
2. Identidade do imputado .....	550
3. Presença do imputado .....	552
4. Da contumácia .....	553
5. Capacidade processual .....	554
6. Os mortos .....	555
7. Os animais .....	556
8. As pessoas jurídicas .....	557
9. Direitos do imputado .....	566

## CAPÍTULO 27

### DO DEFENSOR

1. Defesa .....	569
2. Espécies de defesa .....	569
3. Defesa em sentido estrito .....	570
4. O binômio acusação/defesa .....	570
5. Importância da defesa .....	571
6. Necessidade da defesa .....	572
7. Defensor. Procurador. Curador .....	574
8. Natureza jurídica da função do Defensor .....	575
9. Função do Defensor .....	576
10. Honorários .....	583
11. Autodefesa .....	583
12. Sanções .....	584
13. Procurador do ausente .....	586
14. Ordem dos Advogados .....	587
15. Dos deveres .....	593

16. Direitos do Advogado .....	595
17. Infrações disciplinares .....	598

## CAPÍTULO 28

### DO ASSISTENTE

1. O assistente. Noções .....	605
2. Atividades do ofendido .....	606
3. O Ministério Público e a ação privada .....	606
4. O ofendido como assistente .....	608
5. Função do assistente .....	610
6. Em que hipótese se admite o assistente? .....	616
7. O assistente nas contravenções .....	616
8. Em que fase processual se admite a intervenção do assistente? ....	619
9. Habilitação do assistente.....	620
10. Ouvida do Ministério Público.....	621
11. Recurso .....	622
12. Atividades do assistente.....	623
13. Prazo.....	626
14. Corrêu .....	628
15. Notificação e intimação .....	629

## CAPÍTULO 29

<b>DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES .....</b>	<b>631</b>
--	------------

## CAPÍTULO 30

### DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1. Noção prévia.....	633
2. Conceito.....	634
3. Caracteres .....	635
4. Questões prejudiciais e questões preliminares .....	636
5. Divisão.....	640
6. Sistemas .....	641
7. Sistema pátrio .....	646

8. Classificação das questões prejudiciais.....	649
9. Pressupostos das prejudiciais devolutivas absolutas .....	650
10. Suspensão do processo.....	651
11. Provas produzidas no período da suspensão .....	652
12. Prescrição .....	652
13. Intervenção do Ministério Público .....	653
14. Recursos .....	654
15. Pressupostos das prejudiciais devolutivas relativas (art. 93).....	655
16. Suspensão do processo.....	657
17. Provas produzidas no período da suspensão .....	657
18. Prescrição .....	658
19. Intervenção do Ministério Público .....	658
20. Recurso .....	658
21. Influência do julgado cível .....	658
22. Natureza jurídica das prejudiciais.....	659

## CAPÍTULO 31

### DAS EXCEÇÕES

1. Noções .....	661
2. Defesa contra a ação .....	663
3. Defesa contra o processo .....	663
4. As circunstâncias previstas no art. 95 .....	665
5. Crítica à expressão “exceções processuais” .....	666
6. As exceções .....	667
7. <i>Exceptio suspicionis</i> .....	667
8. Causas de suspeição.....	667
9. Prioridade .....	670
10. Abstenção .....	671
11. Arguição .....	672
12. Pode o Ministério Público arguir a suspeição? .....	673
13. E o assistente?.....	673
14. Acolhimento .....	674
15. Não acolhimento .....	674

16. Não suspensão .....	676
17. Apreciação da exceção.....	676
18. Consequências .....	677
19. A suspeição na instância superior. Abstenção.....	678
20. Recusa.....	678
21. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	679
22. Abstenção .....	680
23. Recusa.....	680
24. Peritos .....	680
25. Intérpretes .....	681
26. Serventuários e Funcionários da Justiça .....	681
27. Jurado .....	681
28. Suspeição. Impedimento. Incompatibilidade .....	684
29. Autoridade Policial .....	688
30. <i>Exceptio incompetentiae</i> .....	689
31. Abstenção .....	690
32. Alegação .....	691
33. Poderá o autor opor a exceção de incompetência?.....	692
34. <i>Declinatoria fori</i> .....	693
35. Consequências .....	693
36. Incompetência absoluta.....	694
37. <i>Exceptio litispendentiae</i> .....	699
38. Regras aplicáveis à litispendência.....	701
39. Ilegitimidade de parte .....	702
40. <i>Exceptio illegitimitatis partis</i> .....	703
41. Poder-se-á arguir, por meio de exceção, a ilegitimidade <i>ad causam</i> ..	704
42. <i>Exceptio rei judicatae</i> .....	706
43. Regras aplicáveis à coisa julgada.....	718

## CAPÍTULO 32

### DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO

1. Noções preliminares .....	721
2. Os problemas da competência. Solução.....	723

3. Conflito de jurisdição .....	723
4. Conflito de competência .....	723
5. Conflito de atribuições .....	724
6. Modalidades de conflito .....	724
7. Quem pode suscitar o conflito? .....	725
8. Forma de arguição .....	726
9. Sobrestamento do feito .....	727
10. Pedido de informações .....	728
11. Ouvida do Procurador .....	728
12. A quem é dirigido o pedido? .....	728
13. Competência .....	729
14. Avocação .....	734
15. Conflito de atribuições .....	734

## APÊNDICE

Lei Orgânica da Magistratura Nacional .....	747
Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .....	789
Estatuto do Ministério Público da União .....	823
As Seções e Subseções da Justiça Federal do Brasil .....	921
As Subseções do Estado de São Paulo e os Municípios que as integram .....	923
 BIBLIOGRAFIA .....	 935